Processo n.º 224/2002

Data do acórdão: 2004-3-4

(Recurso contencioso)

Assuntos:

- audiência do interessado
- art.º 93.º do Código do Procedimento Administrativo
- anulabilidade do acto
- Decreto-Lei n.º 52/99/M, de 4 de Outubro

S U M Á R I O

1. Salvo no que respeita ao âmbito do processo disciplinar e aos processos administrativos de natureza sancionatória, em que o dever de participação do interessado na decisão assume uma dimensão qualificada, a eventual falta de audiência dos interessados a que alude o art.º 93.º do Código do Procedimento Administrativo é susceptível de consubstanciar apenas vício de forma, a determinar a anulação, que não a nulidade do acto administrativo decisório final.

2. Não é aplicável o regime do Decreto-Lei n.º 52/99/M, de 4 de Outubro, se não estiver em causa decisão administrativa final emitida a propósito de infracção administrativa.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 224/2002

(Recurso contencioso)

Recorrente: (A)

Entidade recorrida: Secretário para os Transportes e Obras Públicas da
RAEM

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

1. (A), com os sinais dos autos, veio recorrer contenciosamente para este Tribunal de Segunda Instância (TSI), do Despacho de 9 de Março de 2001, do Senhor Secretário para os Transportes e Obras Públicas desta Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), por força do qual foi cancelada a bonificação concedida nos termos do art.º 13.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 35/96/M, de 8 de Julho, por ela ter entrado em mora por período superior a cinco meses no reembolso do respectivo crédito bonificado.

E para rogar a declaração de nulidade desse acto administrativo recorrido, a recorrente alegou, em síntese, na sua petição de recurso

apresentada a fls. 2 a 10 dos presentes autos que:

- da análise do procedimento administrativo que culminou no acto ora recorrido, resulta, desde logo, haver uma clara violação das disposições legais que regulam e protegem os direitos de defesa e audiência do interessado, consagrados nos art.ºs 93.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), já que ela não foi ouvida pelo órgão administrativo nesse procedimento, depois de concluída a respectiva instrução e antes da decisão final, nem foi informada nomeadamente sobre o sentido provável da mesma decisão final, nem tão-pouco lhe foram fornecidos os elementos necessários para que ela ficasse a conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de direito, com indicação das horas e do local onde o processo poderia ser consultado;
- é, portanto, perfeitamente aplicável ao caso a norma do art.º 11.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 52/99/M, de 4 de Outubro, segundo a qual sob pena de nulidade da decisão sancionatória, são assegurados ao infractor os direitos de audiência e de defesa;
- desta feita, não se mostrando assegurado o direito de audiência e de defesa da recorrente, é o acto recorrido nulo, nos termos do art.º 122.º, n.º 2, al. d), do CPA, por violação do disposto nos art.ºs 93.º e seguintes do mesmo diploma, ou deve o mesmo acto ser declarado nulo, nos termos do art.º 11.º, n.º 2, do referido Decreto-Lei, por violação daqueles mesmos preceitos do CPA.

2. Citada, a entidade recorrida ofereceu contestação a fls. 24 a 28 dos autos, nela arguindo nomeadamente a caducidade do direito de recorrer, por entender, em jeito de conclusão, que:

- o acto ora recorrido sempre seria anulável e não nulo;
- anulável por não estar em causa a prática de acto que ofenda o conteúdo essencial de um direito fundamental;
- são nulos os actos proferidos em sede de procedimento sancionatório em que falta a fase da audiência, o que não é o caso ora em causa;
- e sendo anulável, caducou a possibilidade de a recorrente interpor recurso contencioso, face ao disposto na al. a) do n.º 2 do art.º 25.º do Código de Processo Administrativo Contencioso (CPAC).

3. Ouvida subsequentemente nos termos do art.º 61.º, n.º 1, do CPAC acerca dessa questão mormente invocada pela entidade recorrida, cuja eventual procedência obstaría ao conhecimento do recurso contencioso, a recorrente expôs a fls. 41 a 51, e em suma, que o acto recorrido é ferido de nulidade, nos termos do art.º 122.º, n.º 2, al. a), do CPA, pelo que nos termos do art.º 123.º do mesmo Código, o mesmo não produz quaisquer efeitos jurídicos, independentemente da declaração de nulidade, daí que não procede a excepção de caducidade, uma vez que a nulidade é invocável a todo o tempo por qualquer interessado e pode ser declarada, também a todo o tempo, por qualquer órgão administrativo ou tribunal.

4. Relegada, após ouvido o Ministério Público, a apreciação da questão de caducidade para a presente sede decisória final nos termos do art.º 62.º, n.º 3, do CPAC (cfr. o despacho do relator de fls. 59v), ambas as partes em pleito foram notificadas nos termos e para os efeitos dos art.ºs 63.º e 68.º do Código, tendo pelas mesmas sido produzidas alegações facultativas, em sede das quais a recorrente materialmente reafirmou o entendimento já veiculado nas suas peças anteriores (cfr. designadamente as conclusões das alegações da recorrente a fls. 75 a 82 dos presentes autos), enquanto a entidade recorrida pugnou pela procedência da questão de caducidade do direito de recorrer, para além de opinar pelo não provimento do recurso (cfr. o teor das conclusões das suas contra alegações a fls. 86 a 88).

5. Oportunamente, o Digno Magistrado do Ministério Público junto desta Instância emitiu o seu douto parecer final, pronunciando-se pela rejeição do recurso por procedência da questão de caducidade do direito de recorrer (cfr. o teor de fls. 90 a 91 dos autos).

6. Corridos depois os vistos legais pelos Mm.ºs Juizes-Adjuntos, cumpre decidir do recurso contencioso *sub judice*.

7. Para o efeito, e atenta a questão de caducidade levantada pela entidade recorrida, é de considerar desde já, por pertinentes à solução, os seguintes elementos decorrentes do exame dos autos e do processo

administrativo instrutor apensado: o despacho ora recorrido data de 9 de Março de 2001 (cfr. o teor de fls. 12 dos presentes autos), e foi objecto de notificação à parte interessada por ofício n.º 02419/DPGH/DHA/2001, de 19 de Março de 2001 (cfr. o teor de fls. 55 do apenso), e a recorrente o impugnou contenciosamente em 15 de Novembro de 2002 (cfr. fls. 2 dos autos).

8. Ora, juridicamente falando, e em face dos elementos acima coligidos, há-de proceder a questão de caducidade do direito de recorrer, porquanto tal como entendeu judiciosamente o Ministério Público junto deste TSI no seu douto parecer final emitido a fls. 90 a 91 dos autos, tem, na verdade, vindo a constituir entendimento dominante, senão pacífico, que, salvo no que respeita ao âmbito do processo disciplinar e aos processos administrativos de natureza sancionatória, em que o dever de participação do interessado na decisão assume uma dimensão qualificada, a eventual falta de audiência dos interessados a que alude o art.º 93.º do CPA é susceptível de consubstanciar apenas vício de forma, a determinar a anulação, que não a nulidade do acto. Ora, tendo a ora recorrente interposto o presente recurso contencioso em 15 de Novembro de 2002, ou seja, em data, pois, muito para além do prazo de trinta dias fixado no art.º 25.º, n.º 2, al. a), do CPAC para impugnação contenciosa de actos anuláveis, ficou já efectivamente caducado o seu direito de recorrer (com razões ora invocadas na sua petição de recurso que, a procederem, só conduziriam à anulação do acto recorrido, e nunca à declaração de nulidade do mesmo), por não estar em causa uma decisão final

administrativa emitida no âmbito de um processo disciplinar, nem de um processo administrativo de natureza sancionatória, nem tão-pouco de uma decisão exarada a propósito de uma infracção administrativa (pelo que também não é de aplicar o regime do Decreto-Lei n.º 52/99/M, de 4 de Outubro).

9. Dest'arte, e em harmonia com o acima exposto, **acordam em rejeitar o recurso.**

Custas pela recorrente (sem prejuízo do apoio judiciário já concedido na modalidade de dispensa total de pagamento de custas).

Fixam em mil e trezentas patacas os honorários ao Exm.º Patrono Oficioso da recorrente (nomeado a fls. 54v), a suportar pelo Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.

Macau, 4 de Março de 2004.

Chan Kuong Seng (relator)

João Augusto Gil de Oliveira

Lai Kin Hong

Magistrado do M.º. P.º. presente - Victor Manuel Carvalho Coelho